

**PADRÃO DE REPRODUÇÃO DO CAPITAL
E EXPROPRIAÇÕES DO FUNDO PÚBLICO:
um estudo sobre a crise do estado do Rio de Janeiro nos anos 2010**

**Rodrigo Castelo¹
Guilherme de Rocamora
José Henrique Galdino**

Introdução

Desde o final de 2014, o estado do Rio de Janeiro (RJ) enfrenta uma profunda decadência, tendo a crise fiscal como uma das suas principais expressões. Diversos analistas têm veiculado diagnósticos sobre essa crise e muitos deles apontam duas questões como determinantes: a corrupção política e a gestão ineficiente das contas públicas. Ainda que esses dois elementos sejam importantes para a compreensão da crise, trabalhamos com a tese de que não são os determinantes centrais. No presente texto, buscaremos demonstrar que os fundamentos da crise do RJ consistem: (1) na crise do padrão de reprodução do capital vigente no território fluminense desde meados dos anos 1990 até a atualidade, o padrão exportador de especialização produtiva; (2) nas políticas econômicas adotadas pelo Estado, transferindo valores do fundo público para a acumulação capitalista, tendo em vista a consolidação deste padrão de reprodução do capital e a prestação de socorro ao grande empresariado em tempos de crise.

A noção de padrão de reprodução do capital, conforme proposta por Jaime Osorio (2012a), possibilita a apreensão das tendências assumidas pelo capital ao longo do seu ciclo de valorização em uma formação econômico-social e conjuntura específicas. A partir dessa abordagem teórica, podemos identificar a relação entre os principais valores de uso produzidos em uma determinada região em um dado período, os mercados de destino dessas mercadorias, as formas de exploração da força de trabalho empregadas, a repartição do mais-valor entre as distintas frações do capital, dentre outras tendências, assim como as contradições que derivam desses processos.

Em suas pesquisas sobre o capitalismo dependente na América Latina, Osorio (2012a, p.78) identificou a existência de três padrões de reprodução do capital na região ao longo da história: (1) o padrão agromineiro exportador (1840-1920); (2) o padrão industrial (1930 até meados dos anos 1970); (3) o padrão exportador de especialização produtiva (1980 até a atualidade). O autor indica que as transições entre os padrões de reprodução do capital não são imediatas, mas pressupõem um período mais longo ou mais curto entre a crise de um padrão e a ascensão de um novo. Neste sentido, Osorio ressalta a importância de compreender os processos políticos e econômicos que

¹ Respectivamente, professor da Escola de Serviço Social da Unirio, mestrando do Programa de Pós-graduação em Serviço Social da UFRJ e graduando da Escola de Serviço Social da Unirio. Todos são membros do projeto de pesquisa *Estado rentista e o novo padrão de reprodução do capital no Brasil neoliberal: auge, crise e decadência do estado do Rio de Janeiro no século XXI*, que conta com financiamento do Programa de Iniciação Científica da Unirio.

levam à consolidação de um padrão, à sua crise e à transição para um novo padrão em uma formação econômico-social determinada.

A partir deste arsenal teórico da Teoria Marxista da Dependência, analisaremos o auge e a crise do padrão exportador de especialização produtiva no Rio de Janeiro, bem como algumas das suas expressões econômicas e financeiras, como a crise fiscal vivenciada pelo estado nos anos 2000.

1. Padrões de reprodução do capital no Brasil e a história econômica do Rio de Janeiro

A história econômica do estado do Rio de Janeiro está relacionada aos ciclos dos padrões de reprodução do capital na América Latina. É importante estabelecer, entretanto, as devidas mediações para a análise, tendo em vista que a reprodução ampliada do capital no Brasil apresenta particularidades em relação à região latino-americana, e o RJ, por sua vez, possui especificidades em relação às tendências nacionais.

A centralidade do território fluminense para o Brasil data do período colonial. O sistema colonial foi a primeira forma de integração da América Latina à economia mundial e a região, em geral, contribuiu com a acumulação primitiva através da espoliação e pilhagem dos seus recursos naturais via a exploração da força de trabalho escravizada. Com o ciclo do ouro no Brasil, o Rio de Janeiro tornou-se a capital administrativa da Colônia pela proximidade geográfica com as Minas Gerais e pelo fato da cidade já possuir uma importante atividade portuária. Para além disso, havia nas localidades em torno da Guanabara uma consolidada economia agroexportadora da monocultura da cana-de-açúcar. Assim, o Rio de Janeiro ganhou importante destaque neste período da acumulação primitiva, proveniente tanto do seu *status* de centro administrativo, como pelo fato de seu porto ser o principal escoador do ouro expropriado das terras brasileiras.

Com o fim do estatuto colonial com as independências nacionais e a formação da primeira divisão internacional do trabalho, comandada pela Inglaterra em meados do século 19, a América Latina se integrou de forma subalterna ao mercado mundial. Iniciou-se a transição da região para o capitalismo dependente e inaugurou-se o padrão agromineiro exportador, o primeiro padrão de reprodução do capital no subcontinente. Neste período, o território que hoje compreende o estado do Rio possuía profunda relevância para a reprodução do capital no Brasil, pois a exportação do café era a principal forma de inserção da economia brasileira na divisão internacional do trabalho. O Vale do Paraíba, localizado no sul do estado, era uma região propícia para seu plantio. Deste modo, entre 1820 e 1870, o Rio de Janeiro tornou-se o maior produtor e exportador mundial de café, produzido através da exploração da força de trabalho da população negra escravizada (SILVA, 2007, p.95).

A capital do Império consistia em uma importante praça mercantil, tanto pela relevância do porto carioca na exportação do café, como pelo comércio de pessoas negras escravizadas, a

principal fonte local do lucro mercantil. Soma-se a isso, ainda no século 19, a aparição de indústrias no território fluminense, principalmente devido aos investimentos realizados por comerciantes vinculados à produção cafeeira. Os destaques eram os setores têxtil e metalúrgico, este último impulsionado pela construção da primeira malha ferroviária do país, processo vinculado às necessidades da circulação do café (MELO; OLIVEIRA, 2016, p.32). Deste modo, constatamos como o gérmen do padrão industrial no Brasil já se encontrava na estrutura produtiva do RJ durante este período, ainda que subordinado aos eixos dinamizadores do padrão agromineiro exportador (CASTELO *et al.*, 2020, p.26-7).

O desenvolvimento da indústria fluminense ganha maior fôlego em 1888, após o processo que ficou conhecido como Encilhamento, provocando bolhas especulativas na Bolsa de Valores devido à ampliação da base monetária do país (LOBO, 1978). Este período foi marcado pela queda da produção cafeeira no Rio de Janeiro, obrigando a diversificação dos investimentos por parte do capital mercantil, que passou a investir mais intensamente nas atividades industriais (SILVA, 2007, p.103). Segundo Francisco Foot Hardman e Víctor Leonardi (1982, p.59), o estado já possuía, em 1889, 57% do capital industrial brasileiro. Neste período, inicia-se a transição do padrão agromineiro exportador para o padrão industrial no Brasil, com destaque para as especificidades regionais do Rio de Janeiro, que funcionou como o carro-chefe dessa transição.

Com a consolidação da transição para o padrão industrial no Brasil durante os anos 1930, o Rio de Janeiro permanecia relevante para a dinâmica de reprodução do capital no país, mesmo perdendo o posto de polo dinamizador para São Paulo. Floriano José de Oliveira (2008, p.93) nos lembra que o RJ se tornou, durante o governo Vargas, a sede da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), abrindo também a Companhia Vale do Rio Doce e a Fábrica Nacional de Motores.

Desde o final da Segunda Grande Guerra e início dos anos 1950, presenciamos a emergência da segunda divisão internacional do trabalho, então comandada pelos Estados Unidos (EUA) e sob forte pressão da Guerra Fria. Neste período, houve um massivo movimento de exportação de capitais das multinacionais para determinadas regiões dependentes, o que impulsionou a industrialização desses países, combinando-se com políticas locais de desenvolvimento. Adicionalmente, os EUA e organismos multilaterais de desenvolvimento (Banco Mundial, FMI e afins) promoveriam uma série de medidas para, em nome do combate ao subdesenvolvimento e seus efeitos sociais, afastarem os riscos de revolução nos elos fracos do imperialismo. Surgiram, assim, em determinados países considerados estratégicos do ponto de vista geopolítico, como foi o caso do Brasil, políticas de apoio internacional para a industrialização destas regiões dependentes.

O então Distrito Federal recebeu importantes investimentos públicos por se tornar sede de empresas estatais como a Petrobras, a Eletrobras e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE). A industrialização fluminense, portanto, ao longo do padrão industrial,

desenvolveu-se associada aos investimentos federais, de modo que as indústrias naval, siderúrgica, química e têxtil apresentaram significativo crescimento (OLIVEIRA, 2008, p.94), pegando carona na onda desenvolvimentista sob apoio do imperialismo.

Em 1960, contudo, a manutenção do padrão industrial no RJ sofreu um forte abalo: a transferência da capital federal para Brasília, aprofundando um esgotamento econômico do recém-criado estado da Guanabara, ex-Distrito Federal. Posteriormente, em 1975, a Guanabara se fundiria com o antigo estado do RJ, dando origem ao estado fluminense como conhecemos hoje. Ainda assim, nos anos 1970, alguns setores da indústria, como a química, a metalurgia e a têxtil apresentaram crescimento, devido à política promovida pela ditadura empresarial-militar via o II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) (OLIVEIRA, 2008, p.103-6). A crise derradeira do padrão industrial no Rio veio concomitantemente à crise deste padrão de reprodução do capital no Brasil. Na década de 1980, devido ao projeto neoliberal, esgotou-se o processo de industrialização dependente na América Latina, em geral, e no Brasil, em particular. O choque de juros promovido pelos Estados Unidos no ano de 1980 gestou uma crise da dívida externa, afetando a capacidade de investimentos do governo federal brasileiro. O Rio de Janeiro, cuja indústria cresceu principalmente devido à demanda criada pelo Estado e aos investimentos públicos (OLIVEIRA, 2008, p.112), foi especialmente afetado pela crise do padrão industrial no Brasil.

Com a ofensiva neoliberal, houve uma reorganização da divisão internacional do trabalho e a América Latina, com especificidades em cada país, foi reposicionada no mercado mundial, provocando a ascensão de um novo padrão de reprodução do capital no subcontinente: o padrão exportador de especialização produtiva. Osorio (2012b, p.106-13) destaca que neste novo padrão predomina uma especialização produtiva das economias nacionais em produtos primários (*commodities*) que apresentam vantagens naturais na sua produção, garantindo maior competitividade no mercado mundial; ou em produtos secundários com baixa intensidade tecnológica no processo produtivo e vinculados a cadeias produtivas globais. Acrescentamos também, seguindo a trilha de Claudio Katz (2016, p.24-5) a especialização de determinados países em alguns serviços vinculados aos circuitos globais de acumulação, em especial o turismo.

As atividades dinamizadoras do novo padrão estão sob a hegemonia do capital transnacional e a realização das principais mercadorias ocorre em mercados externos. Neste contexto, amplia-se a tendência à formação de enclaves econômicos na região e fomentam-se discursos sobre as vantagens comparativas de cada país em determinados ramos produtivos. No Brasil, o padrão exportador de especialização produtiva começa a se consolidar ao final dos anos 1990, ganhando novo impulso com o crescimento da China – que ampliou a demanda mundial por *commodities* – no início dos anos 2000. As principais mercadorias exportadas no novo padrão no Brasil foram produtos minerais, do agronegócio e, em menor medida, industriais (OSORIO, 2012b, p.116).

A nova configuração do mercado mundial afetou profundamente a economia do Rio de Janeiro. Entre o final dos anos 1990 e início dos anos 2000, o estado começou a se recuperar do esgotamento econômico provocado pela crise do padrão industrial a partir da adaptação da sua economia à divisão internacional do trabalho emergente. Daí, observamos a fixação do padrão exportador de especialização produtiva no território fluminense, como veremos a seguir.

2. O padrão exportador de especialização produtiva no território fluminense no século 21

O principal eixo dinamizador do padrão exportador de especialização produtiva no RJ foi a cadeia produtiva do petróleo e gás, ainda que não exclusivamente. A Bacia de Campos, localizada no Norte Fluminense, foi descoberta pela Petrobras no ano de 1974 e logo se tornou a maior região produtora de petróleo do país. Entretanto, a partir dos anos 1990 e principalmente após 2003, a extração *offshore* de petróleo e gás para exportação ganhou enorme impulso, fundamentalmente devido ao aumento do preço do barril de petróleo no mercado internacional pela ampliação da demanda proveniente da expansão da China. Segundo Robson Dias da Silva (2017, p.352), entre 2000 e 2015, a produção de petróleo na Bacia de Campos cresceu 66% em volumes físicos.

O complexo de exploração de petróleo e gás foi instalado no município de Macaé e garantiu o estado como o maior produtor nacional dessas *commodities*. Segundo José Luiz Vianna *et al.* (2016, p.10), até 2012, a produção fluminense representava 80% da produção nacional, o que evidencia a relevância do RJ na divisão nacional do trabalho inaugurada com a ascensão do novo padrão de reprodução do capital. Este processo se reverteu somente com o início da exploração do Pré-Sal, cuja bacia se encontra não apenas no litoral do Rio de Janeiro, mas estende-se também até Santa Catarina e pelo sul do Espírito Santo. Todavia, o estado permaneceu, segundo a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), no topo do *ranking* nacional, abarcando 78% do total da produção petrolífera em janeiro de 2020. (ANP, 2020)

Podemos constatar a centralidade da cadeia produtiva de petróleo e gás para a dinâmica de reprodução do capital no Rio observando os seguintes dados: em 1996, o peso das *commodities* no valor de transformação industrial (VTI) do estado era de 33,4%; no nacional, era de 33,2%. Eram números muito próximos. Já em 2007, este indicador no RJ estava em 65,7%, tendo quase dobrado, enquanto o nacional estava em 43,4%, com uma alta de cerca de 30% (Sobral, 2017a, p.413). A distância, portanto, aumentou substantivamente ao longo dos anos com a implementação do padrão de reprodução do capital.

Uma das consequências dessa nova configuração do capitalismo dependente no RJ foi o crescimento do peso das exportações na economia do estado, bem como das exportações fluminenses na economia brasileira. Segundo dados apresentados por Lia Pereira e Diego Maciel (2012, p.31-41), em 2010, as exportações representavam 10% do PIB fluminense, sendo a maioria

das mercadorias exportadas vinculadas ao setor energético (74,6%), principalmente o petróleo bruto. Deste modo, a participação do Rio no total de exportações do Brasil passou, entre 1997 e 2016, de 3,2% para 9,5% (FAPESPA, 2017, p.13).

A especialização do estado do Rio na produção de petróleo, tendo em vista a exportação e seguindo as tendências do novo padrão de reprodução do capital na América Latina, gerou um enclave econômico no Norte Fluminense. A exploração *offshore* não foi capaz de provocar um encadeamento produtivo no território que diversificasse a matriz econômica do Rio de Janeiro (SILVA, 2012, p.176-7), reproduzindo, sob o signo da dependência, a cisão entre a estrutura produtiva do estado e as necessidades das massas trabalhadoras fluminenses².

O padrão exportador de especialização produtiva influenciou a dinâmica territorial do estado. Por um lado, o fato de a cadeia produtiva petrolífera localizar-se no Norte Fluminense gerou uma desconcentração produtiva no estado (SILVA, 2012), com o interior cumprindo um papel menos secundarizado na reprodução do capital no RJ³. Por outro, a pujança econômica do ciclo do petróleo provocou surtos de urbanização em municípios produtores, como Macaé, que, entre 2000 e 2010, apresentou o maior crescimento demográfico do estado (CRUZ *et al.*, 2016, p.11).

Para além disso, a “questão social” fluminense reconfigurou-se frente às formas de expropriação e superexploração operadas no novo padrão de reprodução do capital. Não cabe aqui uma apreciação exaustiva da “questão social” no estado sob a predominância do padrão exportador de especialização produtiva, mas vejamos alguns elementos que nos ajudam a elaborar uma análise em um nível de abstração mais concreto. No Norte Fluminense, pescadores artesanais tiveram seus meios de produção e de subsistência expropriados devido à indústria do petróleo. Este processo ocorreu pela delimitação da proibição da pesca em amplos perímetros, assim como pela implementação de redes de tubulação em áreas onde ocorria a pesca. Frente a isso, os pescadores protagonizaram protestos em audiências públicas, com presença da Petrobras, de órgãos ambientais e do Ministério Público. Tais ações de resistência levaram a Petrobras a financiar projetos sociais em parceria com universidades federais para intervir nessa expressão da “questão social”, como forma de promover o consenso e mitigar os conflitos de classe (CRUZ *et al.*, 2016, p.17-8).

Há também indícios de que a superexploração da força de trabalho, por sua vez, reproduziu-se sob novas formas de manifestação, ainda que seja necessário um estudo mais aprofundado sobre o tema. Apresentamos como exemplo o atentado ao fundo de vida dos trabalhadores da indústria petrolífera *offshore* por meio da intensificação do trabalho para além dos limites normais,

2 Sobre a cisão no ciclo do capital como uma das tendências operantes nas formações econômico-sociais capitalistas dependentes, conferir Ruy Mauro Marini ([1973] 2011). Sobre as diferentes formas de manifestação da cisão no ciclo do capital conforme o padrão de reprodução do capital predominante na América Latina, conferir Mathias Luce (2018).

3 Entretanto, essa desconcentração produtiva não foi produzida unicamente pelo polo de produção petrolífera. Silva (2012) ressalta também o papel das manufaturas no Sul Fluminense para a ampliação da importância do interior do RJ para o capital. A região metropolitana, por sua vez, especializou-se no setor de serviços.

comprometendo anos de trabalho futuros, seja pela morte ou incapacitação para o labor. Isso pode ser constatado a partir da reiterada ocorrência de acidentes de trabalho no setor. A realidade da exploração *offshore*, conforme aponta Marcelo Figueiredo (2012, p.153), é a ocorrência reiterada de diversos acidentes graves que provocam o afastamento das tarefas normais por parte do acidentado, ainda que não haja o afastamento do trabalho em si, pois a empresa normalmente registra o ocorrido como doença, e não acidente. Neste sentido, o atentado ao fundo de vida dos trabalhadores *offshore* tende a ser mascarado pela subnotificação dos acidentes de trabalho, em especial em relação aos trabalhadores terceirizados (FIGUEIREDO, 2012, p.156).

Conforme dados apresentados pelo autor, os trabalhadores terceirizados são maioria na Bacia de Campos: em 2006, dos 52.000 trabalhadores, 37.000 eram terceirizados, configurando aproximadamente 71% do total de trabalhadores (FIGUEIREDO, 2012, p.169). A subnotificação dificulta imensamente a quantificação de uma realidade brutal para os petroleiros⁴. Os acidentes fatais também consistem em uma expressão da superexploração, principalmente entre os terceirizados: o número de acidentes fatais na Bacia de Campos entre 1998 e 2010 foi de 109, sendo que 78 desses acidentes ocorreram com trabalhadores terceirizados (FIGUEIREDO, 2012, p.290).

A centralidade do petróleo para a reprodução do capital na particularidade do padrão exportador de especialização produtiva no Rio de Janeiro resultou na contínua elevação do grau de dependência em relação a essa indústria, tanto do ponto de vista das receitas do Estado, como da indução ao crescimento de outros ramos da economia fluminense, que encontram na exploração do petróleo um vetor para a sua própria acumulação. O caso do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (Comperj) exemplifica não só o peso da indústria do petróleo e gás no Rio, mas também o seu risco. Em 2006, diante do entusiasmo do grande capital com o anúncio da descoberta do Pré-Sal, de um cenário econômico internacional favorável aos investimentos externos, e com diversos indicadores apontando para o crescimento da Petrobras em termos de extração, produção, reservas e exportação, anunciou-se a construção do Comperj como parte do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) do governo federal, no município de Itaboraí, leste fluminense.

Na época, tratou-se do investimento de maior magnitude feito pela Petrobras, estimado inicialmente em 8,4 bilhões de dólares. O objetivo estratégico era ampliar o atendimento da demanda interna por matérias-primas para a indústria petroquímica, a fim de oferecer ao setor bases mais competitivas no cenário nacional. Para isso, visava reunir em um complexo, localizado próximo à região metropolitana da capital, uma refinaria, sete usinas petroquímicas e uma central de processamento de gás natural. As expectativas oficiais apontavam para a geração de uma economia

⁴ Mesmo com a política de apassivamento da classe trabalhadora promovida pelos governos de conciliação de classe do PT, atingindo em parte o movimento sindical dos petroleiros, houve processos de resistência e luta promovido pelos trabalhadores da indústria do petróleo para enfrentar essas formas de superexploração. O Sindicato dos Petroleiros do Norte Fluminense (Sindpetro-NF) promoveu diversas ações, como as greves de 2008 e 2009, apesar das dificuldades de mobilização e a repressão estatal/empresarial promovida pela direção da Petrobras (FIGUEIREDO, 2012, p.103-11).

de divisas de dois bilhões de dólares anuais, integração regional do leste metropolitano através da dinamização das atividades econômicas e desenvolvimento local, e uma valorização do petróleo da Bacia de Campos. Aos trabalhadores, vendeu-se uma estimativa de criação de 200 mil empregos diretos e indiretos, “além de propiciar a elevação do nível socioeconômico da população local por meio da capacitação de mão de obra e da sua inserção no mercado de trabalho” (BIENENSTEIN *et al.*, 2018, p.44).

Entretanto, o megaempreendimento, marcado por graves danos ambientais e por constantes conflitos com pescadores da Baía de Guanabara, tornou-se economicamente inviável diante dos reflexos da crise internacional de 2008 e uma conseqüente redução do preço do petróleo. O otimismo em relação ao Comperj deu lugar a longas paralisações das obras, diversas mudanças de plano e graves acusações de corrupção. Na região, além dos conflitos gerados pela destruição socioambiental, houve o aumento da especulação imobiliária, do desemprego, da violência, da precarização da habitação, dentre diversas expressões da “questão social”.

Outro exemplo de atividade econômica vinculada à exploração do petróleo é a indústria naval. Esse setor da indústria de transformação encontrava-se em decadência desde a crise do padrão industrial no Brasil devido à perda de capacidade de investimento estatal à época. Nos anos 2000, com a ampliação da demanda por parte da Transpetro – empresa subsidiária da Petrobras –, houve uma retomada do crescimento na indústria naval. Este segmento ganhou maior impulso após 2006 pela implementação de uma política federal que estabeleceu regras de conteúdo local para incentivar a produção nacional. As necessidades geradas pela exploração do petróleo provocaram um *boom* na demanda por embarcações. Segundo Pedro Parisi (2014, p.32), o maior dos programas de encomenda foi o Programa de Modernização e Expansão da Frota, inaugurado em 2006, sendo responsável pela demanda de 49 navios, totalizando R\$ 11 bilhões em investimentos.

Em 2010, a Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (Firjan) publicou um documento intitulado *Decisão Rio*, onde estavam expostas as previsões de investimentos público e privado no estado para o período de 2010 a 2012. No documento, previa-se o montante de R\$ 126,3 bilhões de investimentos no total. Os investimentos na indústria de transformação correspondiam a 16% desse valor, equivalendo à R\$ 20,3 bilhões. Neste total, a indústria naval ocupava a segunda colocação no *ranking* de investimentos – perdendo apenas para a petroquímica, devido à instalação do Comperj –, absorvendo 18,1% dos investimentos referentes à indústria de transformação. Segundo a Firjan (2010, p.21), os estaleiros Mauá e Eisa estariam responsáveis pela construção de navios para a Transpetro e outros estaleiros viriam a sofrer uma modernização e ampliação para dar conta da demanda proveniente da indústria petrolífera.

O padrão de reprodução contemporâneo do capital no Rio de Janeiro, ainda que indubitavelmente centrado na cadeia produtiva de petróleo e gás, não se encontra limitado a ela.

Para além da atividade de extração *offshore*, a inserção do Rio de Janeiro na divisão nacional do trabalho provocou a ascensão de outras atividades econômicas relacionadas às tendências mundiais da reprodução do capital. Destacamos aqui a construção de grandes complexos portuários, cujo exemplo mais significativo é o complexo portuário e industrial do Açu; a instalação de um polo metalmeccânico no Sul Fluminense; e a promoção de investimentos vinculados ao turismo, impulsionados pelos chamados Megaeventos. Em razão dos limites do presente artigo, focaremos no complexo do Açu.

Com a necessidade de impulsionar as exportações no novo padrão de reprodução do capital, o aperfeiçoamento dos portos tornou-se uma preocupação das burguesias locais, pois, para além de garantir o escoamento das mercadorias produzidas, os portos abrigam diferentes atividades econômicas e dinamizam a valorização do capital em certas regiões. Ou seja, as mudanças na dinâmica capitalista internacional exigiram também uma série de mudanças estruturais e estratégicas nos portos, com aprimoramento tecnológico, especialização da força de trabalho, maior capacidade de movimentação e armazenamento.

O diagnóstico da ineficiência dos portos brasileiros por parte da União se deu justamente com a transição para o padrão exportador de especialização produtiva, levando o governo federal a modificar a legislação portuária no início da década de 1990. O objetivo era incentivar o setor privado e os governos estaduais a ampliarem os investimentos na construção e modernização dos portos no país. A resposta do governo do RJ foi quase imediata, elaborando um projeto para a instalação de um grande complexo portuário no litoral norte do estado, mais especificamente na Barra do Açu, localidade do município de São João da Barra.

O complexo portuário e industrial do Açu é central para setores do grande capital e sua operação começou sete anos depois do início da sua construção, tendo a China como principal destino das exportações. Com 170km² de área – sendo 40km² de reservas ambientais –, o complexo situa-se entre os portos de Vitória e do Rio de Janeiro, tendo a possibilidade de escoar minérios de ferro de MG e a produção agrícola do Centro-Oeste. Outro elemento favorável é a localização do Norte Fluminense em relação às bacias de Campos e ES, e grande parte das reservas petrolíferas do Pré-Sal, atraindo investimentos relacionados à indústria petrolífera (RANGEL *et al.*, 2018). Além disso, possui uma enorme retroárea aberta a investimento de empresas de diversos segmentos, tratando-se, assim, de um projeto baseado no conceito porto-indústria.

A economia do município de São João da Barra, antes altamente dependente das receitas provenientes dos *royalties* do petróleo, tornou-se mais diversa com a construção e início das atividades portuárias e industriais. A elevação das receitas de São João da Barra a partir do complexo portuário e industrial do Açu levou o município a ocupar, segundo o IBGE, a 1ª posição no *ranking* das cidades com maior PIB *per capita* do estado do Rio nos anos de 2014 e 2015.

Este processo foi acompanhado por mudanças no perfil de empregos e atividades econômicas. Ampliou-se a oferta por emprego formal na região até 2015, saltando de 3.994 trabalhadores um ano antes do início das obras, para 10.415 em 2014, quando se iniciaram as operações portuárias. No ano seguinte, o crescimento aproximado de apenas 0,32% no índice de empregados formais já esboçava a perda de fôlego da região, que começou a perder postos de trabalho diante do agravamento da crise econômica, apresentando em 2016 uma redução de quase 20% no número de trabalhadores com carteira assinada, conforme dados do RAIS/CAGED (2006-2017) (RANGEL *et al.*, 2018, p.157)

A expansão de empregos formais e com maior qualificação, todavia, excluiu parcelas significativas da população local, formando um exército industrial de reserva. Trabalhadores de baixa escolaridade, atuantes sobretudo na agropecuária, pesca, caça e extrativismo vegetal passaram por um processo prévio de proletarização resultante das expropriações por parte do Estado a préstimo das grandes empresas privadas e não conseguiram uma inserção na crescente oferta de empregos. Diante deste quadro, trabalhadores da região se organizaram coletivamente e, junto com o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), realizaram ocupações e travam batalhas judiciais exigindo a devolução e retomada imediata de suas posses.

Ressalta-se que, até 2017, conforme a Associação dos Proprietários Rurais e Imóveis de São João da Barra (Asprim) (2017), mais de 85% das terras desapropriadas pelo governo do estado não foram utilizadas. Quase nove anos após o decreto de desapropriação emitido pela Companhia de Desenvolvimento Industrial do estado do Rio de Janeiro (Codin) e executado sob o tacão de ferro da polícia e milícias locais, as terras ainda não possuíam função social, nem cumpriam as finalidades atribuídas ao decreto. Além disso, a região, marcada por enorme riqueza de flora e fauna, sofreu com a devastação de sua vegetação nativa, dando lugar à malha urbana.

3. A crise do padrão exportador de especialização produtiva e as expropriações do fundo público fluminense

A forma de integração da economia fluminense ao mercado mundial no século 21 gestou uma dinâmica de reprodução do capital dependente de um produto primário, esgotável e com um alto nível de oscilação em seu preço no mercado internacional. Essa debilidade estrutural ficou evidente após a eclosão da crise capitalista em 2008. A crise provocou um abalo na produção petrolífera no RJ devido à queda no preço do barril de petróleo em 2009. Entretanto, isso não foi o suficiente para esgotar o ciclo de acumulação, que viria a se recuperar em 2013, tendo em vista que em 2012 o preço do barril chegou a quase US\$ 110.

Por se tratar de uma mercadoria internacional, o preço do petróleo é cotado em dólar e determinado em bolsas mundiais de transações comerciais sob forte influência da Organização dos

Países Exportadores de Petróleo (Opep). A cotação mais alta do barril de petróleo no mercado mundial no século 21 ocorreu em meados de 2008, quando seu preço chegou a quase US\$ 140,00. Foi um período anterior à crise capitalista e ao auge do crescimento chinês com taxas anuais espetaculares, o que tornou o país asiático uma espécie de locomotiva da economia mundial, elevando grande parte dos preços de *commodities* de produtos primários devido as suas importações destas mercadorias.

O auge das compensações financeiras do petróleo para o estado ocorreu entre final dos anos 2000 e início dos 2010 e as classes dominantes do RJ mantiveram-se otimistas em relação à sustentação do novo padrão de reprodução do capital. No documento *Decisão Rio* de 2012-2014, a Firjan previu um montante de R\$ 211,5 bilhões em investimentos no estado para os três anos consecutivos. Dentre estes investimentos, o setor de petróleo e gás foi privilegiado. O montante de investimentos previstos pela Petrobras era 50,9% do total, cerca de R\$ 107,7 bilhões (FIRJAN, 2012, p.13). Tal quadro, todavia, não se sustentou. No final de 2014, o Brasil sentiu mais fortemente os impactos da crise capitalista. O fim do *boom* das *commodities* ocasionou uma queda no preço internacional do barril de petróleo, afetando profundamente a economia fluminense dada a grande dependência da acumulação capitalista no estado em relação ao “ouro negro”. Não à toa, naquele ano, o padrão exportador de especialização produtiva entrou em crise no Brasil e no RJ.

Com a crise do padrão exportador de especialização produtiva no país e no estado, observamos uma série de fenômenos mórbidos. A nossa hipótese de trabalho é que a alegada crise fiscal do estado do Rio de Janeiro nos últimos cinco anos é uma dessas expressões mórbidas da crise do padrão de reprodução do capital e, por isso, deve ser entendida a partir de um conjunto amplo de variáveis econômicas, políticas e culturais – internacionais, nacionais, regionais e locais –, indo muito além de uma explicação superficial que aponta a má gestão e a corrupção dos governos como suas causas centrais. Junto a isto, ressaltamos que os mecanismos de expropriação do fundo público foram essenciais para a consolidação e expansão deste mesmo padrão de reprodução do capital, que agora entra em crise terminal, e que tal pilhagem e saque dos recursos públicos devem ser levados em conta nas explicações sobre a crise fiscal.

O Estado fluminense, a partir dos seus aparelhos coercitivos de expropriação financeira, bem como dos seus aparatos jurídico-policiais, teve uma participação ativa na consolidação do padrão exportador de especialização produtiva no Rio de Janeiro, e não somente como instância última de socorro ao grande capital em tempos de crise aguda. A tese do Estado mínimo, propalada e defendida pelas correntes neoliberais, não se sustenta quando temos a *práxis* como o critério da verdade. Em análises concretas de situação concreta, constata-se que, no atual padrão de reprodução

do capital, o fundo público atua estruturalmente na reprodução ampliada capitalista⁵ sob a hegemonia das frações rentistas do grande capital financeiro financeirizado.

Na presente análise sobre a crise do Rio de Janeiro na segunda década do século 21, verificamos que o Estado colocou a sua violência como potência econômica⁶ a serviço de determinadas classes e grupos sociais, estando longe de se ausentar de uma intervenção direta (e indireta) nas relações sociais de produção e reprodução. A corrupção em larga escala e a gestão dos recursos públicos no estado do RJ se imbricaram, como medidas secundárias, a um conjunto maior de medidas da política econômica regional (tributária, fiscal, creditícia etc.), e atuaram de forma funcional aos conglomerados do grande capital financeiro financeirizado.

Decerto, há má gestão no uso dos recursos financeiros e econômicos do tesouro estadual, assim como também há um altíssimo grau de corrupção instalado nos escalões superiores dos poderes estaduais, como atestam os inúmeros inquéritos criminais, cíveis e administrativos contra governadores, presidentes e deputados da Câmara Legislativa e ministros do Tribunal de Contas do Estado (TCE/RJ). É necessário, todavia, transcender este nível de análise para o entendimento das causas centrais da falência do estado.

Nos principais oligopólios de comunicação e em diversos estudos acadêmicos, a má gestão e a corrupção foram eleitas como as principais causas da crise fiscal do estado do Rio de Janeiro nos anos 2010. A estes dois fatores, somou-se um terceiro de igual importância nas vulgatas do pensamento econômico hegemônico: o aumento das despesas governamentais, com destaque para os gastos de pessoal ativo e inativo. Vejamos uma perspectiva alternativa a este estado da arte.

De 2007 a 2013, as despesas totais do tesouro fluminense têm uma trajetória ascendente, que vão de pouco mais de R\$ 60 bilhões em 2007 para aproximadamente R\$ 90 bilhões em 2013. Após este ciclo de alta, as despesas caem sistematicamente ano a ano até 2016, com uma ligeira recuperação em 2017. De 2013 a 2016 houve uma redução de mais de R\$ 30 bilhões nas despesas totais. Segundo o Fórum Popular de Orçamento (FPO), a queda nas despesas pode ser explicada por dois motivos: (1) o fim do ciclo de investimentos dos megaeventos (Copa do Mundo e Olimpíadas) e (2) a política de austeridade fiscal implantada a partir de 2014 como suposta solução da crise fiscal (FPO, 2018d, p.14).

Dentre os gastos governamentais, as despesas com pessoal ativo e inativo foram eleitas, pelas classes dominantes e seus grupos de sustentação, como as principais vilãs da crise fiscal. Os servidores públicos foram o alvo prioritário do saco de maldades das políticas econômicas estaduais, que conjugou medidas de coerção tributária, legislativa e policial contra seus funcionários e de construção de um consenso que irradia a imagem de servidores como ineficientes e

5 Para o entendimento da nossa perspectiva teórica sobre fundo público e acumulação capitalista, recomendamos o texto de Elaine Behring (2018) na coletânea *Expropriação e direitos no capitalismo* organizada por Ivanete Boschetti.

6 Sobre a categoria de violência como potência econômica, consultar Castelo, Ribeiro e Lima (2018).

vagabundos. No âmbito das políticas estaduais de austeridade fiscal, ações foram tomadas para reduzir os gastos com pessoal, desde a criação de programas de demissão voluntária até congelamento de salários, progressões e promoções.

No auge da crise, servidores ficaram meses sem receber salários e direitos sociais, o que causou atos individuais de desespero, como casos de suicídio, e de rebeldia coletiva, com uma série de protestos, passeatas, ocupações e greves. Estas manifestações da luta política tinham como pauta não apenas uma defesa corporativa e legítima de proventos e benefícios trabalhistas, mas também de manutenção e ampliação das estruturas necessárias ao bom atendimento das políticas sociais e dos interesses mais gerais da classe trabalhadora.

O número de servidores públicos no Rio de Janeiro não é particularmente alto e o estado segue o padrão da região Sudeste. Em termos absolutos, o estado tinha 247.670 servidores em 2006. Em 2010, este número chegou a 263.728, numa variação de 6,5%, algo compatível com um ciclo de crescimento econômico. Em 2015, o número caiu para 250.524, numa variação negativa de 5% em relação a 2010. No período todo (2006-2015), a variação foi de um crescimento de 1,2%. Para efeitos comparativos, no mesmo período na região Sudeste, SP teve um crescimento de 1,6%, ES de 1% e MG uma queda de 14,2% (SOBRAL, 2018, p.17). Em termos monetários, a despesa com pessoal ativo foi de R\$ 14 bilhões no ano de 2014 e caiu para R\$ 11 bilhões em 2017 e, mesmo assim – com a diminuição no número de servidores e do pagamento dos seus salários e direitos sociais –, a crise fiscal continuou assolando o estado.

Com o enxugamento do quadro permanente de servidores, aumentou-se a contratação de funcionários terceirizados, com menores salários, menos direitos trabalhistas e contratos temporários de serviço, o que agrava tanto a precarização das relações de trabalho como o atendimento dos usuários das políticas sociais, em especial nas áreas de saúde, educação e segurança pública, setores com maior nível de terceirização. Em 2014, os gastos com a força de trabalho terceirizada foram cerca de R\$ 500 milhões e saltaram para R\$ 1,3 bilhão somente três anos depois, num crescimento de 128% (FÓRUM POPULAR DE ORÇAMENTO, 2018d, p.15).

Outros dados corroboram a tese de que a máquina pública fluminense está longe de ser uma das causas centrais da crise fiscal do estado. O Rio de Janeiro tem a menor percentagem no Brasil de gastos com pessoal ativo do executivo em relação ao PIB estadual. Em 2015, o estado dispendeu somente 2,3% do PIB regional com pagamento de salários e benefícios ao funcionalismo público. São Paulo gastou 2,5%, Espírito Santo 2,7% e Minas Gerais 3,6%. O Acre, o estado que mais gastou no Brasil, usou 15,2% (SOBRAL, 2018, p.17). Em termos da despesa com pessoal ativo do executivo em relação a Receita Corrente Líquida (RCL), também no ano de 2015, o Rio de Janeiro gastou 33,7%, sendo o segundo estado com menor percentual, só ficando na frente do ES, que gastou 31,3%. Ainda na região Sudeste, SP comprometeu 34,5% e MG 36,4%. O maior gasto foi

realizado em Tocantins com 60,3%, seguido do Distrito Federal com 51,5% (SOBRAL, 2018, p.18). Portanto, como atesta o Fórum Popular do Orçamento (2016, p.13), a despesa com pessoal teve um crescimento abaixo dos gastos com investimentos (em especial nos megaeventos) e o serviço da dívida pública, sendo estes últimos dois gastos intimamente relacionados com o atual padrão de reprodução do capital instalado no Brasil e no Rio de Janeiro desde os anos 1990.

Passemos agora para a análise das despesas com a dívida pública. Em termos gerais, dentre as despesas totais do Estado, em particular numa economia dependente e financeirizada como a brasileira, devemos nos debruçar atentamente para os gastos com juros e amortizações da dívida pública. No plano nacional, estudos da Auditoria Cidadã da Dívida mostram que a maior fatia dos gastos da União está comprometida com tais despesas. Em 2018, o orçamento executado (isto é, efetivamente pago) foi de R\$ 2,621 trilhões. Deste montante, 40,66% foram gastos com juros e amortizações da dívida pública, o que significa, em termos absolutos, R\$ 1,065 trilhão. Este é o verdadeiro saque e pilhagem do fundo público efetuado pela supremacia da fração rentista da alta burguesia no bloco de poder dominante.

Esta supremacia se espalha pelos estados e municípios e atinge em cheio o Rio de Janeiro e sua população, tornando-se uma peça-chave na explicação dos determinantes centrais da acumulação capitalista no estado fluminense e seus impactos nas expressões regionais da “questão social”. Segundo pesquisa de Juliana Fiuza Cislighi *et al.* (2016, p.2), o montante das dívidas dos estados da federação brasileira com a União cresceu enormemente na ditadura empresarial-militar a partir da reforma tributária de 1966, da reforma administrativa de 1967 e, especialmente, da Resolução do Senado nº62 de 1975, que permitiu a emissão de títulos da dívida imobiliária dos estados, assim como estimulou a tomada de empréstimos com entidades externas.

Um segundo salto significativo das dívidas estaduais com o governo federal ocorreu na década de 1990 no primeiro mandato de Fernando Henrique Cardoso (FHC). Em 1997, a União fechou acordo com os estados para a renegociação e refinanciamento das suas dívidas. As condições da lei nº 9496/97 foram severas e os juros cobrados foram responsáveis pelo aumento exponencial do montante da dívida. Em 2011, já haviam sido amortizados R\$ 55,2 bilhões, mas a dívida era de R\$ 369,3 bilhões, 329% maior do que o montante original (FATTORELLI, 2013 *apud* CISLAGHI *et al.*, 2016, p.2). Além disso, a União instituiu contrapartidas aos estados para a assinatura do acordo, tais como a privatização de empresas estatais. No Rio de Janeiro, Light e Banerj foram vendidos na esteira destes acordos de expropriação financeira do fundo público regional.

No século 21, há uma mudança de patamar da pilhagem do orçamento público estadual por meio da supremacia rentista e o uso intensivo de meios coercitivos econômicos de expropriação financeira. De acordo com matéria publicada no Extra e escrita por Nelson Lima Neto e Pollyanna Brêtas (2016), a dívida pública do estado saltou de R\$ 59,20 bilhões em 2010 para R\$ 107,57

bilhões em 2015, num aumento de 81,7% em apenas cinco anos. O aumento da dívida pública fluminense nos últimos anos ocorreu em três momentos distintos: (1) empréstimos estaduais para financiamento dos megaeventos na cidade do Rio de Janeiro, como a Copa do Mundo e as Olimpíadas; (2) rodadas fracassadas de antecipação de receitas fiscais do petróleo, que acabou gerando um passivo maior do que a arrecadação de recursos; (3) intensificação do ajuste fiscal da União e do arrocho nos estados da federação pelo governo federal, estados estes submetidos a rígidos acordos para acessarem linhas de crédito e refinanciamento das suas dívidas com a União e, em troca, serem obrigados a negociarem a venda de patrimônio público e direitos sociais dos servidores, em especial os previdenciários (SOBRAL, 2018, p.8).

Em junho de 2016, o governador Francisco Dornelles, que assumiu interinamente o posto, decretou o estado de calamidade financeira devido ao virtual *status* de insolvência fiscal do RJ. Em dezembro do mesmo ano, diante da situação de falência do Rio de Janeiro, Minas Gerais e Rio Grande do Sul⁷, com meses de atraso no pagamento de salários dos servidores e credores diversos, o governo golpista de Michel Temer apresentou um plano de renegociação das dívidas estaduais, propondo a criação de um regime de recuperação fiscal com condicionalidades abusivas e metas irreais de desempenho financeiro.

Neste plano, uma equipe da tecnocracia federal é responsável por monitorar o cumprimento dos termos do acordo com os estados da federação. É praticamente um decalque, ressalvadas as devidas mediações, dos acordos de submissão financeira que o Fundo Monetário Internacional (FMI) negocia com países dependentes em momentos de crise nos seus balanços de pagamento, produzindo um fenômeno que pode ser qualificado de *expropriação financeira interno-regional*, expressão particular da supremacia rentista na nova etapa do capital financeiro financeirizado na formação econômico-social dependente subimperialista brasileira. É uma transferência de valores entre a União e os estados da federação (no caso, o Rio de Janeiro) que ocorre a partir da punção de riqueza produzida e tributada no estado e expropriada por mecanismos financeiros legais da tecnocracia econômica do governo federal.

Uma década após a assinatura do primeiro acordo de renegociação da dívida pública com a União, o estado do Rio de Janeiro voltou à mesa de negociação em 2017 para aderir ao chamado regime de recuperação fiscal. As condições foram tão (ou mais) adversas do que o primeiro acordo, o que agravou a já combalida situação financeira do estado. Após idas e vindas do projeto de lei na Câmara Federal, o acordo do Rio de Janeiro de adesão ao regime de recuperação fiscal foi homologado pela presidência da república, que incluía medidas como aumento da alíquota

⁷ Em novembro de 2016, o então governador José Ivo Sartori igualmente decretou estado de calamidade no Rio Grande do Sul como medida extrema, seguindo a fórmula da austeridade fiscal para supostamente sanar as finanças públicas. Diante deste novo decreto, que partiu de outro estado com alto poder econômico na federação, a correlação de forças mudou e o governo federal sentiu-se mais municiado para bancar o regime de recuperação fiscal.

previdenciária dos servidores de 11% para 14% (elevando, portanto, a expropriação tributária dos salários do funcionalismo público), a privatização de estatais em áreas estratégicas como finanças, energia e água e saneamento, a redução de incentivos tributários, a adoção de regime previdenciário complementar (nos mesmos moldes do adotado pela União na contrarreforma previdenciária do governo Dilma), a proibição de concessão de reajustes e/ou aumentos salariais, assinatura de novos planos de carreira e salários e a realização de concursos, dentre tantas outras.

A assinatura do acordo não foi capaz de barrar o aumento da dívida fluminense. Ao contrário, só fez aumentar o montante e o serviço da dívida pública. Em 2016, o total da dívida era de R\$ 106,05 bilhões. Um ano depois, o valor já estava em R\$ 135,39 bilhões. Sobre os pagamentos dos serviços da dívida, os números são igualmente desastrosos. Segundo estimativas previstas na Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2019 do estado do RJ, o tesouro estadual deveria arcar, com serviços da dívida pública, R\$ 16 bilhões em 2023 e R\$ 19 bilhões em 2026, “o equivalente ao dobro do que se pagava anualmente antes da assinatura do acordo.” (SOBRAL, 2018, p.9). Em um artigo publicado no número 349 do *Jornal dos Economistas*, o FPO (2018e, p.14) apresenta números ainda mais dramáticos extraídos de análises do próprio governo estadual:

Ademais, ao fim do prazo de três anos de pausa do pagamento do serviço das dívidas beneficiadas pelo RRF [regime de recuperação fiscal] (2017 a 2019), as despesas com encargos e amortização da dívida estadual tendem a apresentar uma trajetória crescente. Segundo projeções da Secretaria de Estado de Fazenda, estima-se que, em 2020, ano em que cessam os efeitos da interrupção dos pagamentos, os dispêndios com serviço da dívida apresentem aumento de 251% comparativamente à despesa realizada em 2017, chegando ao auge em 2024, com um crescimento de 752% também em relação a 2017.

Para completar o quadro, o relatório de fevereiro de 2018 do Conselho de supervisão do regime de recuperação fiscal destaca que, das 20 metas estabelecidas no acordo de 2017, 13 estavam abaixo do planejado e 7 não foram atendidas, situação esta que colocava o rompimento do acordo entre o Rio de Janeiro e a União como uma possibilidade concreta num horizonte próximo, segundo ameaças constantes dos tecnocratas dos aparelhos coercitivos federais de expropriação financeira. Conforme escrevem José Carlos de Assis e Paulo Lindesay (2019),

Como consequência dessa situação, o Estado do Rio perdeu totalmente sua autonomia e soberania financeira. Todas as suas contas, sobretudo as de pessoal, estão sendo comprimidas no limite e vigiadas por uma comissão criada pelo Governo Federal, com poder de veto sobre as principais despesas. A receita de privatizações não será de aplicação livre. Terá que ser obrigatoriamente destinada a pagar o serviço da dívida pública estadual. Os próprios empréstimos a serem autorizados pelo Governo também se destinarão a pagamento da dívida.

Salta aos olhos, assim, que a assinatura dos sucessivos acordos de recuperação fiscal pelo Rio de Janeiro com a União resulta no fortalecimento do poder político e econômico da supremacia rentista, que estende sua força sobre o estado com o segundo maior produto interno bruto da federação, tornando-o subjugado a um padrão de reprodução do capital hegemonicamente financeirizado. É a consolidação de um mecanismo legal de transferência de valores entre os entes

da federação brasileira: os estados são expropriados de suas receitas pela União, zeladora da capacidade de extração do Estado brasileiro da riqueza socialmente produzida para a produção de *superávits* primários e o pagamento dos serviços da dívida pública. Sobre os efeitos sociais desta *expropriação financeira interno-regional* da União sobre o Rio de Janeiro, reproduzimos uma declaração do ex-governador Pezão:

Hoje, quando vou renegociar esses contratos de financiamento com o Banco Mundial, com o Banco Interamericano de Desenvolvimento, eles dizem que nunca viram o que aconteceu no Rio. De arrestar dinheiro das contas de convênio, como o da despoluição da Baía de Guanabara, para pagar salário. Nem no Afeganistão, nem no Iraque, nem na Síria, em lugar nenhum do mundo, aconteceu isso. E aqui no Rio aconteceu.” (PEZÃO *apud* BACELAR, 2018, p.16)

É preciso relativizar as palavras cinicamente emocionadas do ex-governador, pois os países citados acima foram devastados do ponto de vista da autodeterminação dos seus povos, das suas infraestruturas logísticas e sociais, bem como vivenciaram a morte de milhões de vidas humanas nas invasões e guerras civis financiadas pelo imperialismo. Contudo, é certo que a supremacia rentista foi capaz de criar um ambiente de terra arrasada nas finanças do estado do Rio de Janeiro e de agravar sobremaneira as expressões regionais da “questão social”.

Em se tratando da deterioração das contas fiscais do estado, houve um duplo movimento que as impactaram negativamente: o aumento dos gastos, em especial com a dívida pública e os gastos tributários (isenções fiscais) e a queda na arrecadação. A questão é localizar como e por que ocorreu este movimento nas duas colunas – gastos e arrecadação – dos balanços fiscais do estado. Após a análise dos gastos com a dívida pública, vamos a um estudo focado nas receitas, sem perder de vista a sua articulação com as despesas.

O primeiro aspecto a ser examinado aqui é o impacto do petróleo e seus derivados na geração de receitas no Rio de Janeiro. Atualmente, o PIB estadual é formado em cerca de 30% pela indústria do petróleo, o que torna a sua economia – e, por consequência, a receita tributária do tesouro estadual – intimamente atrelada à produção dessa mercadoria. Como vimos anteriormente, as classes dominantes de formações econômico-sociais dependentes, como a brasileira, apostaram numa especialização produtiva capaz de suprir a divisão internacional do trabalho com produtos primários e/ou industrializados de baixo valor agregado. O objetivo era surfar na crista da onda curta de crescimento internacional puxado pela China.

Seguindo a tendência nacional, as classes dominantes do Rio de Janeiro, articuladas sob diversos arranjos no aparelho estatal, idealizaram e colocaram em prática a inserção do estado dentro da divisão regional do trabalho no Brasil e, simultaneamente, na divisão internacional do trabalho já sob o impacto das mudanças introduzidas pela China nas disputas econômicas e geopolíticas mundiais. Com o agravamento da crise capitalista e a queda do ritmo de crescimento da

China, ocorreu uma queda brusca no preço do petróleo ainda em 2008. Um ano depois o preço subiu até US\$ 80,00 e, no triênio 2011-2013, o preço ficou acima de US\$ 100,00.

Para quem apostou na alta do petróleo, e este foi (e ainda é!) o caso das classes dominantes e governantes do Rio de Janeiro, tudo parecia dar certo. Mas esta estratégia era sólida como um castelo de cartas. Em 2014, houve uma nova queda do patamar nos preços do petróleo, caindo ao nível de cerca de US\$ 50,00 e, um ano depois, depreciou-se ainda mais para US\$ 40,00.

Esta reversão do ciclo de alta do preço do petróleo atingiu diretamente a economia fluminense. Além disso, fatores nacionais concorreram para complicar a crise regional diante da internacional. A economia brasileira começou a apresentar fortes indícios de recessão em 2014 e, no ano seguinte, tivemos uma das maiores quedas do PIB nacional na nossa história com dois anos consecutivos de regressão (-3,5% em 2015 e -3,3% em 2016). Em 2014, iniciou-se a Operação Lava-Jato que, dentre outras consequências nefastas, levou praticamente à paralisação das atividades da Petrobras no país, na época uma das principais empresas puxadoras do investimento produtivo nacional.

Sob o efeito de todos estes golpes internacionais e nacionais, a crise do padrão de reprodução do capital expressou-se, no Rio de Janeiro, como uma crise fiscal. A queda do preço do petróleo atrelada à paralisação generalizada da produção da Petrobras no território estadual foi fatal para a arrecadação de *royalties* e participações especiais, uma das fontes primordiais das receitas estaduais. O impacto no mercado de trabalho também foi imenso, de modo que, até hoje, o estado registra uma taxa de desemprego na casa dos 14,5%, acima da média nacional.

Em 2011, as receitas provenientes dos *royalties* foram de R\$ 11,43 bilhões. Nos dois anos seguintes, houve uma leve queda e este montante girou em torno de R\$ 10,71 bilhões. Em 2015, percebe-se o impacto dos fatores internacionais e nacionais na arrecadação regional dos *royalties*, com uma grande queda para R\$ 5,97 bilhões. O fundo do poço ainda chegaria em 2016 com uma receita de R\$ 3,62 bilhões e, a partir de 2017, uma retomada da arrecadação a um patamar superior à queda de 2015, com R\$ 7,18 bilhões.

A crise fiscal derivada da baixa arrecadação nas receitas não está somente atrelada à queda nos *royalties* e participações especiais. O estado teve, na federação brasileira, a menor taxa média anual de crescimento da Receita Corrente Líquida (RCL) no período de 2002 a 2016. Para termos comparativos dentro da região Sudeste, MG teve um crescimento médio de 4,2%, ES de 3,9%, SP de 2,8% e, na lanterna nacional (e macrorregional), o Rio com 1,5%. Em termos de variação percentual real da RCL entre os anos de 2006 e 2015, o ES teve uma variação de 40,1%, seguido de SP com 34,3%, MG com uma queda de 5,8% e o RJ com uma variação negativa de 7,4%. No agregado, o Sudeste teve uma oscilação positiva de 24,1% (SOBRAL, 2018, p.5-6).

Diante da alegada falta de recursos para o pagamento de despesas correntes, tais como salários de servidores e custeio básico, o governo estadual negociou, junto aos mercados financeiros nacional e internacional, a antecipação de receitas futuras advindas dos *royalties* e participações especiais do petróleo. Segundo Juliana Fiuza Cislighi (2019, p.132-6), estas operações começaram em 2013 em negociações com a Caixa Econômica Federal e o Banco do Brasil, totalizando cerca de R\$ 3,3 bilhões. Num segundo momento, as antecipações de receitas futuras dos recursos do petróleo se ampliaram e tomaram uma nova direção. Diante de inúmeras possibilidades de resolução da crise fiscal, o governo estadual tomou um atalho e optou por aprofundar a dependência estatal ao grande capital financeiro financeirizado internacional.

Em 2014, o governo fluminense abriu uma empresa chamada Rio Oil Financial Trust no paraíso fiscal no estado de Delaware (EUA) e lançou títulos de securitização das receitas antecipadas no mercado de capitais. Traduzindo, receitas futuras do tesouro estadual foram transformadas em títulos financeiros remunerados por juros e vendidos no mercado internacional, gerando uma receita presente. Entretanto, o valor arrecadado no presente com a venda dos títulos foi muito inferior ao pagamento futuro de juros e amortizações das dívidas. Num prazo médio, quando o estado for obrigado a pagar suas obrigações no mercado de capitais com a emissão dos títulos securitizados, haverá um prejuízo estimado em mais de R\$ 7 bilhões para o erário estadual⁸. Em poucas palavras, o estado do Rio vendeu o almoço para pagar a janta e armou uma bomba relógio para futuros mandatos, ao mesmo tempo em que reforçou a submissão do fundo público ao capital financeiro financeirizado imperialista. Desta forma, parte expressiva da riqueza gerada pela extração do petróleo foi capturada, numa forma financeirizada, pelo grande capital que opera nos mercados financeiros internacionais, sem gerar benefícios para a população fluminense.

Um outro ralo nas receitas, causador de um dos maiores rombos nas contas públicas estaduais, são os gastos tributários. Os governos FHC foram responsáveis pela consolidação do bloco histórico neoliberal no Brasil e seu respectivo padrão de reprodução do capital, o exportador de especialização produtiva. Foi um período de baixas taxas de crescimento econômico no qual os estados da federação brasileira digladiaram-se entre si para captar investimentos externos de grandes empresas nacionais e multinacionais, com a vã promessa de geração de renda e atração de empregos para seus respectivos territórios e cidadãos. Esta batalha entre os estados da federação ficou conhecida como *guerra fiscal*, no qual os entes estaduais elevaram (e ainda elevam) seus gastos tributários, popularmente conhecidos como desonerações tributárias ou isenções fiscais⁹.

8 “No total, ao final de 2014, foram arrecadados R\$ 8,226 bilhões com pagamentos previstos de R\$ 15,666 bilhões até 2027 (...).” (CISLAGHI, 2019, p.134).

9 Segundo a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), lei complementar n.101, de 4 de maio de 2000, a renúncia de receita é definida da seguinte forma no Art. 14, §1º: “A renúncia compreende anistia, remissão, subsídio, crédito presumido, concessão de isenção em caráter não geral, alteração de alíquota ou modificação de base de cálculo que implique redução discriminada de tributos ou contribuições, e outros benefícios que correspondam a tratamento diferenciado.”

Nesta guerra fiscal que gerou uma tensão federativa no país, o Rio de Janeiro mergulhou de cabeça e, desde então, foi um dos estados mais ativos na concessão de benefícios fiscais para a atração de grandes empresas. De acordo com a prestação de contas do governo fluminense no exercício 2015, assinada pelo conselheiro do TCE-RJ José Gomes Graciosa, as renúncias fiscais do estado alcançaram, entre os anos de 2007 e 2015, a quantia de mais de R\$ 185 bilhões.

No auge da acumulação no atual padrão de reprodução do capital, que corresponde ao segundo mandato de Lula e ao primeiro de Dilma Rousseff, o patamar quantitativo das renúncias mudou radicalmente, o que resultou também em uma mudança qualitativa da política econômica estadual. De 2008 a 2009, o aumento foi de quase 50% e, de 2010 a 2011, o aumento foi de 63%. Ou seja, num período de 4 anos, as renúncias fiscais aumentaram em 138%. E, em 2015, quando a crise se instalou em todas as esferas sociais, o governo estadual intensificou a sua política fiscal de gastos tributários, elevando-os em 39% em relação ao ano anterior. No total do período, houve uma elevação da ordem de 322%, saltando de R\$ 8,5 bilhões em 2007 para R\$ 36 bilhões para 2015.

Os maiores beneficiários desta política generosa de isenções fiscais são os grandes conglomerados do capital financeiro financeirizado nacionais e internacionais, peças-chave no atual padrão de reprodução do capital. Os benefícios concedidos atingem uma vasta gama de setores econômicos, que vão desde os megaeventos até joalheiras, muitas delas utilizadas nos esquemas de lavagem de dinheiro do ex-governador Sérgio Cabral. Segundo levantamentos do FPO (2018b, 2018c), os três setores contemplados com mais isenções tributárias são, respectivamente, petróleo e derivados, farmacêutico e de bebidas, todos eles formados por conglomerados econômicos com alto grau de concentração e centralização do capital.

Outras empresas de grandes conglomerados foram igualmente agraciadas, tais como Thyssen Krupp e CSN (siderurgia), Embratel (telecomunicações), Ampla e Usina Termelétrica do Norte Fluminense (energia), Brasfels (indústria naval), etc. O setor automobilístico – um dos pilares estaduais do padrão exportador de especialização produtiva –, se firmou no território fluminense sob a graça das isenções. Em 2012, por exemplo, o governo estadual, a partir de recursos do Fundo de Desenvolvimento Econômico e Social (Fundes), financiou R\$ 10,6 bilhões para as multinacionais Nissan e Peugeot-Citroën instalarem plantas industriais no sul fluminense. A montadora japonesa recebeu créditos tributários de R\$ 5,9 bilhões para construir sua unidade em Resende e a francesa recebeu R\$ 4,7 bilhões para a ampliação da sua planta em Porto Real (BECK, 2012, p.29).

É importante notar que os gastos tributários realizados para a atração de capitais nacionais e internacionais não têm uma contrapartida socioeconômica estabelecida na assinatura dos contratos entre empresas e o estado. Este instrumento da política econômica regional favorece, desta forma, majoritariamente o lucro empresarial sem proporcionar garantias de geração de renda e,

principalmente, postos de trabalho formal. Pode-se dizer, portanto, que a política econômica fluminense de isenções fiscais esteve a serviço da consolidação do padrão exportador de especialização produtiva, drenando recursos públicos para a concretização de lucros privados dos principais operadores do atual padrão de reprodução do capital.

Por fim, o Rio de Janeiro foi um dos estados mais prejudicados com a edição da lei complementar nº87/1996, mais conhecida como Lei Kandir, que concede isenções fiscais do Imposto de Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) para a exportação de produtos primários e semielaborados, nestes incluído o petróleo. Com esta lei, os governos FHC estimularam a exportação de mercadorias primárias e de baixo valor agregado na pauta comercial brasileira, fortalecendo a fração do agronegócio no padrão exportador de especialização produtiva.

Em 2017, a Fundação Amazônia de Amparo aos Estudos e Pesquisas (Fapespa) lançou uma nota técnica estimando as perdas tributárias que os estados tiveram com a Lei Kandir no período entre 1997 e 2016. Em termos macrorregionais, o Sudeste teve uma perda calculada em R\$ 153,2 bilhões, seguido do Centro-Oeste (R\$ 44,2 bilhões), Norte (R\$ 36,8 bilhões), Sul (R\$ 21,2 bilhões) e Nordeste (R\$ 13,4 bilhões). A grande participação do Sudeste na exportação de produtos primários e semielaborados advém justamente da venda internacional de petróleo produzido nos campos de extração marítima fluminense e do minério de ferro em Minas Gerais. De acordo com a nota técnica da Fapespa, o estado do Rio de Janeiro teve uma perda de R\$ 60,7 bilhões no período entre 1997 e 2016, ficando em segundo lugar no *ranking* dos estados com maior perda, atrás somente de Minas Gerais.

4. Considerações finais

Desde 2008, com o início da crise mundial do modo de produção capitalista, a acumulação de capital no Brasil enfrentou sérios desafios até o momento da sua derrocada em 2015, com o aprofundamento de medidas neoliberais na política econômica nacional e da crise de hegemonia no bloco de poder dominante. Após dois anos de recessão no biênio 2015-6 e três de “pibinhos” (crescimento econômico na faixa do 1%) no triênio 2017-9, o padrão exportador de especialização produtiva no Brasil apresenta sintomas da sua crise terminal, arrastando no seu caminho grande parte das economias regionais.

Os efeitos da crise do atual padrão são desiguais no território brasileiro (assim como entre as classes sociais), e o estado do Rio de Janeiro foi profundamente afetado por conta das políticas adotadas pelas suas classes dominantes e seus governantes de plantão. Após a eclosão da crise em 2015 e do agravamento das expressões da “questão social”, o Estado fluminense adotou a tática da marcha forçada para frente, insistindo nos elementos estruturais causadores da crise, em especial na alegada crise fiscal, entendida no presente artigo como uma das expressões da crise do padrão

vigente de reprodução do capital. Não se tratou puramente de má gestão dos recursos ou de corrupção, mas sim de um projeto político mais geral que articula a política fiscal regional à acumulação capitalista de grandes conglomerados do capital financeiro financeirizado no Rio de Janeiro no século 21.

As particularidades contemporâneas do Rio de Janeiro em relação ao padrão exportador de especialização produtiva expressam elementos de continuidade em relação ao passado do nosso estado, evidenciando tendências estruturais. Com as devidas mediações históricas, podemos afirmar que a atual dinâmica de reprodução do capital no Rio – cujo fundamento é a inserção subordinada do Brasil no mercado mundial – reapresenta configurações de base da dependência de um produto primário (cana, ouro, café e, hoje, petróleo), mesmo após mais de 100 anos desde a predominância do padrão agromineiro exportador.

Essencialmente o que experimentamos no estado fluminense foram a aposta mal fadada em um ciclo econômico baseado numa mercadoria controlada pelo mercado mundial e produzida a partir da superexploração da força de trabalho e do meio ambiente e operações de expropriação financeira do fundo público por meio da violência como potência econômica, com o aumento dos serviços da dívida pública e o desvio de receitas para financiamento de grandes empresas multinacionais e seus empreendimentos. A resultante final é a reiteração, sob moldes contemporâneos, da inserção subordinada do capitalismo dependente no Brasil na divisão internacional do trabalho, com efeitos dramáticos na “questão social” regional.

Referências bibliográficas

ANP. Boletim da produção de petróleo e gás natural, n.113, janeiro de 2020. Disponível em: <<http://www.anp.gov.br/arquivos/publicacoes/boletins-anp/producao/2020-01-boletim.pdf>>. Acesso em: 06 mar. 2020.

ASPRIM. Nota pública sobre a retomada de terras no 5º distrito de São João da Barra, Rio de Janeiro. 2017. Disponível em: <<http://conflitosambientaismg.lcc.ufmg.br/noticias/nota-publica-sobre-a-retomada-de-terras-no-5-distrito-de-sao-joao-da-barra-rio-de-janeiro/>>. Acesso em: 02 mar. 2020.

ASSIS, José Carlos de; LINDESAY, Paulo. Estrangulamento dos estados na força do neoliberalismo. Disponível em: <<https://monitordigital.com.br/estrangulamento-dos-estados-na-forca-do-neoliberalismo>>. Acesso em: 21 jan. 2020.

BACELAR, Carina. A difícil saída do estado de calamidade. *O Globo*, Rio de Janeiro, 17 jun. 2018, Rio, p.16.

BECK, Marcio. Rio financia R\$ 10,6 bi de ICMS de montadoras. *O Globo*, Rio de Janeiro, 21 jun. 2012, p.29.

BEHRING, Elaine. Fundo público, exploração e expropriações no capitalismo em crise. In: BOSCHETTI, Ivanete (org.). *Expropriação e direitos no capitalismo*. São Paulo: Cortez, 2018. p.187-209.

BIENENSTEIN, Regina *et al.*. Urbanização nos municípios de São Gonçalo e Itaboraí: impactos a partir de um grande projeto nacional. In: BINSZTOK, Jacob; BARBOSA, Jorge L (org.). *Modernização fracassada: Dossiê Comperj*. Rio de Janeiro: Consequência/Faperj, 2018. p. 37-65.

BRASIL. Lei complementar n.101, de 4 de maio de 2000. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp101.htm. Acesso em: 16 jan. 2020.

CASTELO, Rodrigo *et al.*. A violência como potência econômica: da acumulação primitiva ao novo imperialismo. In: BOSCHETTI, Ivanete (org.). *Expropriação e direitos no capitalismo*. São Paulo: Cortez, 2018. p.265-292.

CASTELO, Rodrigo *et al.*. Capitalismo dependente e as origens da “questão social” no Rio de Janeiro. *Serviço Social & Sociedade*, São Paulo, n.137, p.15-34, jan./abr. 2020.

CISLAGHI, Juliana Fiuza. Apropriação privada do fundo público por meio do gasto tributário no Estado do Rio de Janeiro. *Advir*, Rio de Janeiro, n. 36, p. 9-21, jul. 2017.

_____. Financeirização da previdência social no Brasil: um estudo sobre o estado do Rio de Janeiro. In: SALVADOR, Evilásio *et al.* (org.). *Crise do capital e fundo público: implicações para o trabalho, os direitos e a política social*. São Paulo: Cortez, 2019. p.123-139.

CISLAGHI, Juliana Fiuza; CAITETE, Tainá Souza *et al.*. Crise do capital e suas consequências no Brasil: o caso do estado do Rio de Janeiro. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS, 15, 2016, Olinda. Anais, Olinda, 2016.

CRUZ, José Luiz; TERRA, Denise Cunha; Almeida, Érica. (Des)integração periférica e espaços regionais globalizados. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DA REDE IBEROAMERICANA DE PESQUISADORES EM GLOBALIZAÇÃO E TERRITÓRIO, 14, 2016. *Anais...* Monterrey, México.

ELIZARDO, Marcelo. Pezão decreta situação de emergência na saúde do RJ. G1. 2015. Disponível em: <<http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2015/12/peza0-diz-que-vai-decretar-situacao-de-emergencia-na-saude-do-rj.html>>. Acesso em: 02 mar. 2020.

FAUSTINO, Cristiane; FURTADO, Fabrina. *Indústria do petróleo e conflitos ambientais na Baía de Guanabara: o caso do Comperj*. Rio de Janeiro: Plataforma Dhesca – Relatoria do Direito Humano ao Meio Ambiente, 2013.

FIGUEIREDO, Marcelo. *A face oculta do ouro negro: trabalho, saúde e segurança na indústria petrolífera offshore da Bacia de Campos*. Niterói: Eduff, 2012.

FÓRUM POPULAR DE ORÇAMENTO. FÓRUM POPULAR DE ORÇAMENTO. A calamidade e a Lei de Responsabilidade Fiscal. *Jornal dos economistas*, Rio de Janeiro, n.328, nov. 2016, p.13-15.

_____. Renunciar é o melhor remédio? *Jornal dos Economistas*, Rio de Janeiro, n.346, jun. 2018b, p.13-15.

_____. Renuncie com moderação. *Jornal dos Economistas*, Rio de Janeiro, n.347, jul. 2018c, p.14-16.

_____. “Pessoas transformam o mundo.” *Jornal dos Economistas*, Rio de Janeiro, n.348, ago. 2018d, p.14-16.

_____. A austeridade faliu o estado do Rio de Janeiro? *Jornal dos Economistas*, Rio de Janeiro, n.349, set. 2018e, p.13-15.

FIRJAN. *Decisão Rio 2010-2012*. Rio de Janeiro: Sistema Firjan, 2010.

FIRJAN. *Decisão Rio 2012-2014*. Rio de Janeiro: Sistema Firjan, 2012.

FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO AOS ESTUDOS E PESQUISAS (Fapespa). *O impacto da Lei Kandir na arrecadação do ICMS dos estados no período 1997-2016: estimativas das perdas com as desonerações das exportações de produtos primários e semielaborados*. Belém: Fapespa, 2017. Disponível em: <<http://www.fapespa.pa.gov.br/upload/Arquivo/anexo/1366.pdf?id=1497373099>>. Acesso em: 20 jan. 2020.

HARDMAN, Foot; LEONARDI, Victor. *História da indústria e do trabalho no Brasil: das origens aos anos 20*. São Paulo: Ática, 1982.

KATZ, Claudio. *Neoliberalismo, neodesenvolvimentismo, socialismo*. São Paulo: Expressão Popular; Perseu Abramo, 2016.

LIMA NETO, Nelson; BRÊTAS, Pollyanna. Isenção de R\$ 138 bilhões pagaria servidores do estado por mais de cinco anos. *Extra*, Rio de Janeiro, 09 março de 2016. Disponível em <<https://extra.globo.com/emprego/servidor-publico/isencao-de-138-bilhoes-pagaria-servidores-do-estado-por-mais-de-cinco-anos-18833759.html>>. Acesso em: 16 jan. 2020.

LOBO, Eulália. *História do Rio de Janeiro (do capital comercial ao capital industrial e financeiro)*. Vol. 2. Rio de Janeiro: IBMEC, 1978.

LUCE, Mathias. *Teoria marxista da dependência: problemas e categorias – uma visão histórica*. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

MARINI, Ruy Mauro. Dialética da dependência. In: TRASPADINI, Roberta; STEDILE, João Pedro (org.). *Ruy Mauro Marini: vida e obra*. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, [1973] 2011. p. 131-72.

MELO; Hildete Pereira de; OLIVEIRA, Adilson de. Café e petróleo: um paralelo histórico. *Cadernos do desenvolvimento fluminense*, Rio de Janeiro, n. 10, p. 29-39, 2016.

OLIVEIRA, Floriano José de. *Reestruturação produtiva, território e poder no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

OSORIO, Jaime. Padrão de reprodução do capital: uma proposta teórica. In: FERREIRA, Carla; OSORIO, Jaime; LUCE, Mathias (org.). *Padrão de reprodução do capital: contribuições da teoria marxista da dependência*. São Paulo: Boitempo, 2012. p. 37-86.

OSORIO, Jaime. América Latina: o novo padrão exportador de especialização produtiva – estudo de cinco economias da região. In: FERREIRA, Carla; OSORIO, Jaime; LUCE, Mathias (org.). *Padrão de reprodução do capital: contribuições da teoria marxista da dependência*. São Paulo: Boitempo, 2012. p. 103-39.

PARISI, Pedro. Retomada da indústria naval. *Desafios do desenvolvimento*, Brasília, ano 11, n. 80, p. 30-3, 2014.

PEREIRA, Lia; MACIEL, Diego. O papel do comércio exterior na economia do estado do Rio de Janeiro. In: SANTOS, Angela; MARAFON, Glaucio; SANT'ANNA, Maria Josefina (org.). *Rio de Janeiro: um território em mutação*. Rio de Janeiro: Gramma/FAPERJ, 2012. p.29-46.

PIQUET, Rosélia; SHIMODA, Eduardo. De braços abertos: As expectativas quanto aos impactos do Porto do Açu. *Revista Política e Planejamento Regional*, Rio de Janeiro, v. 1, p. 121-137, 2014.

RANGEL, Hevilmar C. *et al.*. Análise do papel do Porto do Açu no emprego formal e nas receitas do município de São João da Barra, RJ. *Revista de Desenvolvimento Econômico*, Salvador, ano XX, v.1, n.39, p.142-167, abril de 2018.

RANGEL, Larissa; PINEDO, Luiz. O Complexo Logístico Industrial Portuário do Açu e os impactos ambientais na estruturação urbana e regional no Norte-Fluminense. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPPAS, VI, 2012, Belém.

SILVA, Robson Dias da. Território e desenvolvimento: as raízes da centralidade do Rio de Janeiro na economia nacional. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n. 40, p. 91-113, julho-dezembro de 2007.

_____. *Royalties e desenvolvimento regional: uma reflexão sobre os desafios do Rio de Janeiro*. In: NETO, Aristides; CASTRO, César; BRANDÃO, Carlos (org.). *Desenvolvimento regional no Brasil: políticas, estratégias e perspectivas*. Rio de Janeiro: Ipea, 2017. p. 347-66.

SOBRAL, Bruno. A evidência da estrutura produtiva oca: o estado do Rio de Janeiro como um dos epicentros da desindustrialização nacional. In: NETO, Aristides; CASTRO, César; BRANDÃO, Carlos (org.). *Desenvolvimento regional no Brasil: políticas, estratégias e perspectivas*. Rio de Janeiro: Ipea, 2017a. p. 397-426.

_____. Crise no Estado do Rio de Janeiro: diagnósticos e perspectivas. *Revista Econômica*, Niterói, v. 19, n. 1, p. 7-34, junho 2017b.

_____. Finanças públicas fluminense e tensão federativa: uma abordagem da crise a partir das especificidades econômicas e do marco de poder. Rio de Janeiro: TCE/RJ, 2018. Disponível em: <<https://www.tce.rj.gov.br/documents/454798/74716457/1%C2%BA%20Lugar.pdf>>. Acesso em: 16 jan. 2020.

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. *Estudos Socioeconômicos dos Municípios do Estado do Rio de Janeiro*. 2018. Disponível em: <https://www.tce.rj.gov.br/estudos-socioeconomicos1?p_auth=6CmO9qTS&p_p_id=estudosocioeconomicomunicipios_WAR_tcerjestudosocioeconomicomunicipiosportlet&p_p_lifecycle=1&p_p_state=normal&p_p_mode=view&p_p_col_id=column-1&p_p_col_count=2&_estudosocioeconomicomunicipios_WAR_tcerjestudosocioeconomicomunicipiosportlet_doSearch=doSearch&_estudosocioeconomicomunicipios_WAR_tcerjestudosocioeconomicomunicipiosportlet_javax.portlet.action=doSearch>. Acesso em: 04 mar. 2020.